

## SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

*Alaide Rita Donatoni\**  
*Maria Cândida P. Coelho\*\**

O pressuposto teórico que nos colocamos como ponto de partida é o de que a política educacional brasileira expressa, sob várias formas, as relações entre Estado brasileiro, economia e sociedade.

O suposto segundo o qual a educação é um elemento do Estado e de qualquer estudo sobre política educacional não pode se dar desvinculado do Estado nos remete a situar este estudo no contexto do capitalismo brasileiro e das relações entre a sociedade e a educação.

O fato da educação escolar ser uma das funções do Estado reforça a idéia de que uma análise da educação escolar brasileira deve passar, necessariamente, pela análise do Estado capitalista, compreendido como o conjunto da sociedade política e da sociedade civil.

MACHADO<sup>1</sup>, em estudos recentes, enfatizando a relação entre o Estado brasileiro e a educação demonstra que a presença do Estado na educação escolar dá-se de forma mais direta e imediata do que em outras instituições educativas.

Enquanto parte da sociedade capitalista, a escola brasileira expressa, embora muitas vezes negando, as contradições fundamentais entre capital e trabalho, cujo eixo se move, apesar das lutas em contrário, na direção do aprofundamento da desigualdade e da injustiça social. Hoje, apenas uma minoria detém o poder político e econômico, em detrimento de uma maioria que se

---

\* Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia.

\*\* Professora aposentada do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

1. MACHADO, Lia Zanotta. Estado, Escola e Ideologia. SP, Brasiliense, 1983.

encontra socialmente excluída, sem nem sequer ter acesso às necessidades básicas tais como educação, saúde e moradia, dentre outros. De forma contundente são negadas ao trabalhador condições dignas de trabalho e de vida, o que repercute negativamente no âmbito da educação escolar. Uma grande parte da sociedade brasileira encontra-se excluída da escola, sem falar da exclusão de uma parcela significativa no âmbito da mesma. Além do mais, a escola não tem garantido a todos que nela estão, o acesso ao conhecimento historicamente acumulado.

Para MILIBAND<sup>2</sup>, o aspecto novo na história da intervenção do Estado em todos os aspectos da vida econômica do capitalismo refere-se ao fato de que, a escala e a difusão dessa intervenção no capitalismo contemporâneo são hoje “incomensuravelmente” maiores do que em qualquer outra época e, sem dúvida alguma, continuarão a crescer. Nesta direção, é que a tese do Estado intervencionista nas sociedades capitalistas modernas nos dá a chave para compreendermos a natureza e o papel do Estado capitalista e sua relação com a sociedade e a educação.

Está cada vez mais claro que as orientações básicas sobre a educação escolar passam por várias mediações a nível de Estado, antes de chegar ao âmbito interno da escola. É o Estado que decide sobre a política de expansão ou de retração da rede federal, estadual e municipal, sobre a política de pessoal e sobre a organização e funcionamento do ensino em seus diferentes graus e níveis, estabelecendo ainda os limites de obrigatoriedade e de liberdade referentes a currículos, disciplinas e programas, além de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, ao mesmo tempo em que subordina as decisões no âmbito da educação às decisões mais amplas da política econômica e financeiro-orçamentária.

Como explicita MILIBAND<sup>3</sup>, o Estado passou a ter uma participação crescente no ensino superior, no que se refere à maneira como as Universidades utilizam os fundos que lhe são alocados para o ensino e a pesquisa. Notadamente nos Estados Unidos, as Universidades dependem em grande medida do Estado para financiar suas principais atividades, ou seja, o ensino e a pesquisa.

---

2. MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. RJ, Zahar, 1982.

3. MILIBAND, Ralph. Obra Citada.

Se é verdade que o aspecto novo na história da intervenção do Estado em todos os aspectos da vida econômica do capitalismo refere-se ao fato de que, a escala e a difusão dessa intervenção no capitalismo contemporâneo são hoje “incomensuravelmente” maiores do que em qualquer outra época, não é menos verdadeiro que a escola capitalista enquanto expressão das contradições presentes na sociedade constitui-se num espaço de atuação que pode apontar na direção da construção de uma contra-hegemonia do Estado.

Nessa direção, reiteramos a afirmação de alguns educadores de que a prioridade da escola não deve ser a “preparação de mão-de-obra” para o capital, mas, o desenvolvimento da capacidade de análise, de reflexão e de crítica, exercitando os estudantes para a democratização da sociedade, sem a qual o próprio conhecimento ficaria comprometido. Dessa forma, não poderíamos deixar de levar em conta as experiências e lições de vida do trabalho brasileiro e o patrimônio histórico de lutas que a classe trabalhadora vem acumulando ao longo do tempo - afirmação/negação do caráter excludente da sociedade. A reflexão no âmbito da escola brasileira, portanto, estaria referenciada, necessariamente, em relação à sociedade e, evidentemente, dentro de uma perspectiva histórico-crítica que contemplasse o projeto democrático, que seria associado à democratização dos conteúdos oferecidos em sala de aula, para todos. O conhecimento passaria, assim, a ter uma interlocução com a sociedade e apontaria para a sua democratização. Segundo LINHARES<sup>4</sup>, “sabemos que a escola não poderá - sem ultrapassar os conflitos sociais, enraizados na esfera da produção - oferecer ao trabalhador cultura letrada ajustada aos seus interesses. Sabemos também que, para operar esta ultrapassagem, deve ocorrer, dentro da escola, uma disputa que corresponda a outras lutas travadas em todas as outras frentes, definindo os rumos da sociedade. Além de ser inexecutável, não serve para o trabalhador a escola de erudição e cultura para amenizar a brutalidade inerente ao capitalismo, como Adam Smith vaticinara. A escola interessa pela sua possibilidade de ser mais um ponto de apoio para virar a embarcação da injustiça econômica”.

Originário do mundo da produção, no qual os homens estabelecem relações objetivas e contraditórias ao produzir socialmente sua existência, o Estado capitalista brasileiro é a expressão máxima das contradições entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção existentes

---

4. ALVES, Nilda. (Org.) Formação de Professores - Pensar e Fazer. São Paulo, Cortez, 1995, p. 26-27.

historicamente. Longe de ser o local da igualdade, do interesse geral, da justiça e da paz social preconizados pelo neoliberalismo, o Estado é o lugar privilegiado da luta de classes. Constituído por diferentes classes e ou grupos sociais com interesses diferenciados, expressa a vontade política tanto da classe dominante quanto das classes subalternas, sendo no entanto, a primeira que exerce maior poder e influência. Isto se deve ao fato de que a propriedade e o controle de áreas vitalmente importantes da vida econômica lhes asseguram o controle dos meios de decisão política-condição que possibilita a esta classe determinar a direção das sociedades em um dado momento.

É sabido que as políticas de educação escolar elaboradas no Brasil não têm expressado adequadamente os interesses e necessidades da sociedade brasileira, cujos sonhos e desejos pessoais, articulados com os coletivos devem encaminhar-se na direção de novos processos emancipatórios, ou seja, processos que possibilitem uma participação efetiva na vida democrática do País.

O reconhecimento de que existe uma classe hegemônica, isto é, uma classe capaz de dar a direção à sociedade em um dado momento é que vai nos dar a chave para rediscutir a natureza e o papel do Estado, a partir da leitura de GRAMSCI.

Ao reinterpretar Marx, GRAMSCI<sup>5</sup>, desenvolve uma concepção ampliada de Estado, cujo foco de análise é o conjunto da sociedade política e da sociedade civil, o qual envolve o conceito de bloco histórico como unidade dialética entre estrutura e superestrutura. Partindo do princípio de que a hegemonia se expressa na capacidade de direção que um grupo ou classe social imprime à sociedade em um determinado momento, chega-se à concepção ampliada de Estado, segundo a qual o Estado é o lugar da hegemonia, isto é, da dominação de classes, cuja direção se dá, de fato, pela coerção e pela persuasão - conjunto de forças que garante a permanência dos blocos hegemônicos no poder e confere a cimentação necessária à sua base hegemônica.

Segundo BUCI-GLUCKSMANN<sup>6</sup>, se para Gramsci o Estado emerge

---

5. GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

6. BUCI-GLUCKSMANN, Christianne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

das relações de produção como pensava Marx e não pura e simplesmente da vontade dos homens - é a realidade objetiva das relações entre os homens que determina ao Estado sua estrutura social - a concepção Gramsciana sobre o Estado não se restringe ao ético político, ao nível do supra-estrutural, como muitos pensam, compreendendo também as relações sociais de produção.

Essa nova tese de que a hegemonia não pertence exclusivamente ao campo da reprodução ideológica, mas está também ligada ao processo produtivo, recoloca em Gramsci a relação dialética entre política e produção, entre Estado e unidades produtivas. "O Estado, longe de reduzir-se a um instrumento externo às relações sociais, articula-se com elas a partir de um ponto preciso: a dominação de classe determinada pela função exercida no processo produtivo a partir da contradição entre capital e trabalho".<sup>7</sup>

O conceito ampliado em Gramsci se dá, por conseguinte, através da incorporação do conceito de hegemonia que passa a se constituir no tema central da explicação sobre o funcionamento das sociedades capitalistas modernas, não podendo deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

Nessa perspectiva é que a dominação de classe presente no Estado capitalista passa a ser entendida como um processo hegemônico, isto é, um processo de direção, para cuja realização concorrem, simultaneamente, as forças produtivas materiais e as forças político-ideológicas.

GOLDMANN<sup>8</sup>, comentando sobre a perspectiva marxista das relações entre infra-estrutura e superestrutura, as redefine no âmbito da realidade social enquanto totalidade estruturada, ou seja, enquanto conjunto da história das idéias, sem primazia de umas sobre as outras garantindo, no tempo histórico, a estrutura particular de cada uma delas. Assim, fica configurado o caráter educador do Estado, para o qual concorrem tanto os aparelhos ideológicos e culturais de hegemonia, quanto o sistema privado de produção que é o seu fundamento, sempre na perspectiva de que, no Estado capitalista, as funções coercitivas jamais se separam das funções educativas e/ou adaptativas.

---

7. KUENZER, Acacia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica*. Rio de Janeiro, Cortez, 1985, p. 50.

8. GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

No entanto, tanto as funções coercitivas quanto as funções educativas e adaptativas exercidas pelo Estado não se efetivam de forma espontânea, senão no âmbito de uma constante luta entre as diferentes classes e/ou grupos sociais, marcadas por permanente contradição, ora menos, ora mais acirrada. Nessa direção, é possível resgatar a historicidade do Estado brasileiro enquanto espaço de luta e enquanto espaço de construção de uma nova hegemonia que possibilite a setores mais amplos da sociedade uma participação política mais decisiva no núcleo de poder.

Sendo assim, podemos pensar o Estado capitalista moderno enquanto local tanto da dominação de classe, quanto do seu contrário - a não-dominação, abrindo-se espaço para uma discussão sobre o Estado brasileiro e a educação enquanto movimento histórico, isto é, enquanto realidade dinâmica, portanto, em transformação.

BUCI-GLUCKSMANN, referindo-se a Gramsci assim se expressa: "para Gramsci, os efeitos da hegemonia são mais que contraditórios. Quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica mais ela deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de se constituírem em força política autônoma"<sup>9</sup>. Referindo-se às relações sociais contraditórias presentes em um modo de produção determinado, Marx assim se expressa no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política: "Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações sociais determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais... Em certo estágio de desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura"<sup>10</sup>.

Partindo do princípio de que a hegemonia implica na formação da vontade coletiva e que a construção de uma nova hegemonia exige uma reforma

---

9. BUCI-GLUCKSMANN, Christianne. Obra citada, p. 81.

10. MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 24-25.

econômica, intelectual e ética, a questão básica que nos colocamos, no momento, é saber que formas de encaminhamento serão possíveis para a superação da dominação da classe, tanto a nível interno quanto a nível externo, principalmente nos chamados países de capitalismo “periférico” ou de “terceiro mundo”, como no nosso caso, dominados hegemonicamente pelas elites econômicas e dirigentes do capital nacional e internacional. A tendência “modernizadora” dos países latino-americanos, onde a característica dominante tem sido a adaptação, a mudança social parcial e um processo contínuo sujeito a crises endêmicas, nos encaminha para a questão do papel da educação na construção e reconstrução da hegemonia ou contra-hegemonia.

Até que ponto as reformulações políticas, econômicas e éticas por que passa a sociedade brasileira nesse momento estariam contribuindo para a efetiva superação da dominação de classe presente na sociedade? Até que ponto a educação escolar brasileira estaria contribuindo para esta superação?

A concepção de educação enquanto ação teórico-prática que se dá entre homens vivendo numa sociedade historicamente determinada, em constante movimento, nos dá a chave para compreender a educação como processo histórico e não simplesmente como “coisa”, ou seja, como algo definido e acabado.

A educação é algo que está se construindo e reconstruindo a cada dia entre os homens. Como as demais realidades, tem um modo de ser contraditório que perpassa o fazer, pensar e sentir teórico-prático, inserindo-se na história dos homens e refazendo-se a cada momento, na ação coletiva dos mesmos. Enquanto expressão da luta de classes, configura-se como um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e deseducação, de qualificação e desqualificação - portanto, de humanização e desumanização.

Nesta perspectiva, nos encaminhamos a duas conclusões básicas: A primeira é de que a educação brasileira enquanto movimento histórico pode ser feita e refeita a qualquer momento, assim como o Estado. A segunda é de que a concepção de educação como “coisa” nos remete à matriz ideológica do capitalismo, a qual se configura como a instituição da generalidade abstrata dos seres e das “coisas” (“fetichização” em Marx ou “reificação” em Lukács) - e as diferenças, peculiaridades, singularidades e realidade abstrata, onde o real é trabalhado e vivido apenas nas aparências.

Assim, os princípios liberais da universalidade abstrata presentes na sociedade brasileira sob vários aspectos desdobram-se em princípios de liberdade, igualdade, individualismo e propriedade que direcionam, até os dias de hoje, a educação no Brasil.

A afirmação de que o positivismo é a expressão mais acabada da recomposição do liberalismo para mantê-lo como alicerce do capital e de que o positivismo é, no seio do liberalismo, o sustentáculo do capital, seja como epistemologia, seja como concepção de Estado e de sociedade, abre perspectiva de discussão sobre as matrizes de pensamento presentes na política econômica e de educação elaboradas para o Brasil nas últimas décadas.

Para GOLDMANN<sup>11</sup>, o fundamental no capitalismo é a transformação das relações humanas qualitativas em quantitativas, a utilização do trabalho social para produzir certos bens como valor e, conseqüentemente, a reificação do homem no conjunto da sua vida social e psíquica predominando, sobre o concreto e o qualitativo, o abstrato e o quantitativo.

Cabe perguntar, pois, qual o papel do Estado na elaboração e efetivação das políticas de educação escolar brasileira e, portanto, qual o papel das elites econômicas e dirigentes e das elites estatais enquanto definidoras das diretrizes das políticas públicas? - Qual o papel dos intelectuais brasileiros enquanto veiculadores de valores e idéias na construção de uma nova hegemonia? - Qual o papel exercido pelos movimentos sociais na transformação da sociedade e, conseqüentemente, da realidade educacional brasileira?

Todas essas questões nos remetem a repensar o momento decisivo da realidade brasileira, em que o poder e a pressão dos interesses das forças capitalistas externas não podem ser subestimados, principalmente quando o capitalismo é hoje, mais do que nunca, um sistema internacional fortalecido por economias mundiais estreitamente inter-relacionadas e interligadas.

Todas essas reflexões nos apontam para a importância de se compreender a política educacional brasileira na perspectiva da adequação ou não da mesma aos interesses de uma minoria privilegiada, em detrimento dos interesses da maioria.

---

11. GOLDMANN, Lucien. Obra citada.

Na perspectiva do fato novo, da intervenção do Estado, resta-nos a alternativa de articularmos coletivamente a construção de um novo Estado, cujas políticas atentem os interesses e necessidades da maioria, em cujo interior encontra-se hoje, mais fortemente, uma parcela significativa, totalmente marginalizada.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALVES, Nilda (Org.). *Formação de Professores - Pensar e Fazer*. São Paulo, Cortez, 1995.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christianne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- KUENZER, Acacia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica*. São Paulo, Cortez, 1985.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Estado, Escola e Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- RAMA, Gúman W. *As Tendências da Mudança Social e Educativa na América*. Caderno de Pesquisa nº 39.